

ATRITO ENTRE PODERES

# APROVAÇÃO DE PEC AGRAVA CRISE ENTRE SENADO E STF

Gilmar Mendes afirma que o Supremo não admite "intimidações", como restrição de decisões individuais. E Pacheco diz que não aceita "agressões" de magistrados

PAULO NOGUEIRA

A crise entre o Senado e o Supremo Tribunal Federal (STF) em torno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 8/2021, que restringe decisões monocráticas de magistrados, chegou ao ápice ontem, um dia após a aprovação do texto por 52 votos a 18. Pela manhã, o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, e outros ministros da corte reagiram com duras críticas. No início da sessão, Barroso afirmou que as propostas legislativas de alteração nas atribuições do STF "não são necessárias e não contribuem para a institucionalidade do país". E que "não se sacrificam instituições no altar das conveniências políticas". Gilmar Mendes foi mais contundente: "Este Supremo Tribunal Federal não admite intimidações". No início da noite, diante da forte reação, Pacheco jogou mais lenha na fogueira da crise com pronunciamento à imprensa: "Não me permito fazer um debate político, tampouco receber agressões que gratuitamente recebi por membros do STF em razão de um papel constitucional que cumpro de buscar aprimorar a justiça do nosso país".

Durante a abertura da sessão, Barroso ressaltou que o Senado e suas deliberações merecem toda a consideração institucional, mas as mudanças sugeridas foram, em sua maior parte, abrangidas por alterações recentes no próprio regimento do STF. Nesse sentido, afirmou, é inevitável que o Supremo desagrade



OS MINISTROS GILMAR MENDES E LUÍS ROBERTO BARROSO, PRESIDENTE DO STF, DURANTE A SESSÃO EM QUE CRITICARAM A APROVAÇÃO DA PEC NO SENADO NA QUARTA-FEIRA



**"Nada sugere que os problemas prioritários do Brasil estejam no Supremo. Não se sacrificam instituições no altar das conveniências políticas"**

**Luís Roberto Barroso**  
Presidente do Supremo Tribunal Federal

O decano da corte, Gil-

mar Mendes, também não poupar críticas à aprovação da PEC e foi ainda mais contundente do que Barroso. "Este Supremo Tribunal Federal não admite intimidações. Cabe lembrar a esses propagadores do caos institucional que os processos de responsabilidade dos ministros desta corte não estão submetidos ao crivo judicial garantidor do devido processo legal, impedindo que acusações mambembes urvem a independência judicial. Nenhuma resposta para temas que são urgentes para a democracia. O problema não é o STF e suas limitações. Estranha prioridade", disse.

**"INSINUAÇÕES"**

Outro magistrado que comentou a aprovação da PEC pelo Senado foi Alexandre de Moraes, que preside o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). "A discussão de ideias, o aprimoramento das instituições, são importantes instrumentos da

democracia. Mas não quando escondem insinuações, intimidações e ataques à Independência do Poder Judiciário, principalmente a Independência deste Supremo. A Constituição garantiu a Independência do Judiciário, proibindo qualquer alteração que desrespeite essa Independência e a separação de Poderes", frisou.

Segundo ele, decisões do Supremo durante a pandemia da COVID-19 foram fundamentais para conter a crise sanitária no país. Diante da respectiva negativa de sua posição, ele foi ao X (antigo Twitter) ontem se justificar novamente, realinhando a posição de não orientar voto, uma vez que o debate não envolve diretamente o Executivo. Reforçou aqui mais compromisso com a harmonia e o respeito total ao Judiciário e ao STF. Plurid da democracia brasileira e guardião da Constituição", alegou o petista.

Moraes disse ainda que

o STF não se intimida diante das atuações do Congresso. "Essa corte não se compõe de covardes nem de medrosos. A Constituição garantiu a Independência do Judiciário. Tenho absoluta certeza que esta corte, sob a presidência de vossa excelência [Barroso], demonstrará coragem. Não em favor do tribunal, dos juízes e jurtas, mas de toda a sociedade", ressaltou.

**REAÇÃO DE PACHECO**

No início da noite, Rodrigo Pacheco reagiu às críticas do STF. "Não nos podemos admitir que a individualidade de um ministro do Supremo Tribunal Federal declare inconstitucional lei sem a colegialidade do Supremo Tribunal Federal. Portanto, eu não admito que se queira gerar um problema institucional em torno de um tema que foi debatido com a maior dazera



**"Eu não me permito fazer debate político, tampouco receber agressões gratuitamente por membros do Supremo Tribunal Federal"**

**Romário Pacheco**  
Presidente do Senado

via de regra do Executivo podem tramitar sem essa regulação que a Constituição prevê. Inicialmente, a PEC veio a concessão de decisão monocrática que se tornou a ofensa de lei em ato normativo com efeito imediato, o que suscitou a indignação dos presidentes da República. Entre outros pontos, a proposta também estabeleceu prazo de 180 dias para pedidos de vista — tempo para um magistrado estudar um determinado processo, mas acabou também eliminado esse item. Atualmente, o ministro pode pedir vista de 30 dias, mas esse prazo é específico, o que possibilita sucessivos pedidos por tempo indeterminado.

Antes ainda, surgiu uma proposta de Rodrigo Pacheco para que os casos legislativos de onde saíram as medidas sucessivas sejam questionadas no STF sejam referendadas por ministros antes de os ministros tornarem a decisão de sua competência. Não houve manifestação do Senado não são obrigatórias.

**GOVERNO**  
O voto do líder do gover-

no Senado, Jaques Wagner (BA), a favor da PEC que restringe decisões individuais no STF causou mal-estar dentro do governo do seu partido. A presidente do PT, deputada Cleisi Hoffmann (PB), criticou o correligionário e anunciou que o partido alinhará contra a aprovação da proposta na Câmara. "Cometendo um erro de voto do senador Jaques Wagner", afirmou. "Vamos trabalhar para que esta PEC não seja confirmada pela Câmara dos Deputados", afirmou.

Cleisi citou uma decisão monocrática do ex-ministro Marco Aurélio Mello que deu autonomia a prefeitos e governadores para executar leis de enfrentamento da pandemia, afirmando: "Durante a pandemia, foi o STF a partir de decisões monocráticas, que garan-

tiu as ações de governadores e prefeitos em defesa da população, contra a política negacionista de Bolsonaro e seus ministros, que sentindo sem enção a PEC, aprovaram no Senado, cercando a atuação do STF, que não seria o debate não envolve diretamente o Executivo". Para justificar seu voto a favor da PEC, afirmou: "Votamos que não houve orientação do governo sobre como votar que sua decisão foi pessoal. 'Quero não mais falar como líder do governo, apesar de que é indissociável. Eu entendo que houve um esforço, eu me orgulho de ter feito parciais, para minimizar ou diminuir as diferenças que poderiam incomodar, ou serem interpretadas equivocadamente como uma intromissão do Legislativo na Corte Superior", disse Ja-

ques Wagner durante a votação da emenda. Diante da repercussão negativa de sua posição, ele foi ao X (antigo Twitter) ontem se justificar novamente, realinhando a posição de não orientar voto, uma vez que o debate não envolve diretamente o Executivo. Reforçou aqui mais compromisso com a harmonia e o respeito total ao Judiciário e ao STF. Plurid da democracia brasileira e guardião da Constituição", alegou o petista.

O líder do governo no Congresso, Romário Pacheco (PSB), disse que conversou, sobre desconfortos entre o Executivo e o Judiciário, após o plenário do Senado aprovar a PEC. "Respeito nossa lição. Jaques Wagner, mas as posições ontem ficaram externalizadas. Eu externei minha

posição ontem sobre esse tema no plenário do Senado", comentou Romário Pacheco. "Jaques Wagner liberou a bancada para a votação, o que significa que os governistas poderiam se posicionar como quisessem na hora da votação da PEC no plenário do Senado", afirmou.

Romário destacou que o STF não reconhece a importância que o STF tem na defesa da democracia, em particular nos anos do governo Bolsonaro. "O governo reconhece o papel histórico do Supremo Tribunal Federal na última quarta histórica. Tem significado que no 8 de janeiro o prédio mais vilipendiado tenha sido o do STF", disse Romário. "Tenho certeza que os termos entendimentos. Não tem nenhuma hipótese entre o governo e o Supremo Tribunal Federal", completou (Com

agências) ■

possível que não constitui nenhum tipo de enfrentamento, nenhum tipo de restrição e nos, jamais nos permitiremos, declarar presidente do Senado.

Pacheco afirmou também, "Defendi as urnas eletrônicas, defendi os juízes do Supremo Tribunal Federal, defendi a democracia do nosso país em todos os momentos arguções antigas, inclusive a que consistiu a criação de juízes, os ataques que nos sofrimos. Escrevemos artigos nesse propósito, mas isso não significa que as instituições sejam inmutáveis, ou sejam intocáveis em razão das atribuições". Ele disse ainda "Eu não me permito debater nem polêmica ou fazer críticas dos ministros do STF, porque entendo que o Supremo não é caso político".

Pacheco já vinha reagindo que a PEC fosse revogada ao STF por causa da votação de assessoros considerados de competência do Legislativo, mas que entraram na pauta da corte, como o marco temporal dos indígenas e a descriminalização da maconha e do aborto. "Não é resposta, não é resultado, não é equilíbrio tipo de equilíbrio entre os poderes, que pelo fato de que as decisões do Congresso Nacional quando faz uma lei, que é sancionada pelo presidente da República, ela pode ser declarada de inconstitucionalidade, mas que o seja pelos 11 ministros e não por apenas um", disse Pacheco na quarta-feira.

**ACORDO**  
A votação que aprovou a PEC que limita os poderes da corte ocorreu depois alterações de última hora feitas pelo relator Jaques Wagner (PP-SC), num acordo que os ministros versaram com parlamentares da base de governo, as mudanças surgiram a partir de emenda apresentada pelo senador César Aziz (PSD-AM) para que os ministros ainda possam derrubar por curules para se manifestar atos normativos do governo federal.

A votação final da proposta previa que as medidas institucionais não poderiam ser aprovadas pelo Congresso, assim com as leis aprovadas pelo Congresso, só poderiam ser derrubadas pela maioria do STF. "Atos normativos que são

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

**Seção:** Política **Página:** 6 e 7